

Direitos humanos violados em Posse

Força-tarefa do Ministério da Justiça também vai investigar práticas de tortura por policiais de cidade goiana a 370 km do DF

SÉRGIO PARDELLAS

Reza a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º: "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" sob pena de o autor responder por crime hediondo, inafiançável e insuscetível de anistia.

Pois uma das cláusulas pétreas da Carta Magna do país tem passado ao largo das preocupações das autoridades do município de Passos (GO), cidade localizada a cerca de 370 quilômetros da capital federal.

No último dia 7 de janeiro, o lavrador Vanderlino Vieira de Andrade, 28 anos, faleceu após passar uma noite preso na 2ª Companhia Independente da Polícia Militar daquela cidade.

Não se tratou de uma morte normal. Investigações do Ministério Público de Goiás concluíram que, antes de morrer, o lavrador foi submetido a "desumano, degradante e

violento" espancamento sofrido nas dependências do quartel da Polícia Militar.

O laudo cadavérico elaborado pela Superintendência de Criminalística de Goiás apontou hemorragia subdural por trauma craniano com instrumento contundente. "As lesões em faixa nos punhos e

"Meu irmão também foi preso e teve lesões em seus órgãos genitais"

perna esquerda são sugestivas de que a vítima fora imobilizada em vida", subscreveram os médicos legistas Célio Nishicava e Messias Daameche.

De acordo com o inquérito policial, Vanderlino teria sido preso por volta das 22hs. Depois de jantar no Restaurante Paladar, ele insistiu em pagar a conta de R\$ 7,50 com um cheque de R\$ 75,00 que acabara de receber por um serviço. Revoltado, o proprietário do estabelecimento, Henrique Machado, não aceitou o título de crédito como pagamento e acionou a PM local.

No quartel, Vanderlino foi entregue sob a guarda

do aspirante Gilson Vicente da Silva, responsável naquela noite pela repartição. No dia seguinte, às 6h30, o lavrador foi levado para o Hospital Municipal de Posse já quase morto. Não resistiu. Os policiais alegaram aos médicos que a vítima havia sofrido convulsão

enquanto dormia.

Práticas como esta têm se tornado recorrentes na pequena cidade de Posse (GO) e serão alvo de uma ampla investigação da força-tarefa do governo federal.

Criada na última quarta pelo



Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) do Ministério da Justiça, para desvendar o envolvimento de policiais civis e militares em assassinatos, torturas e extorsão na região do Entorno – depois das denúncias publicadas pelo **Jornal do Brasil** – o grupo também vai seguir o rastro de denúncias contra policiais possenses.

Indagado por conselheiros do CDDPH, durante reunião na última semana, o Secretário de Segurança de Goiás, Jonathas Silva, garantiu ter afastado o aspirante suspeito de assassinar o lavrador. Agora, Gilson Vicente responde a processo penal. Naquela noite, porém, havia mais sete policiais de plantão. Todos ainda atuam no local.

– Até então eu via a polícia como uma protetora da sociedade. Agora, a cidade está amedrontada com medo da própria polícia – lamenta Miguelina Vieira,

tia da vítima, para logo depois denunciar:

– Recentemente, eles aumentaram os muros do quartel para evitar o aparecimento de curiosos. Quando meu sobrinho foi assassinado, pessoas que moravam nos arredores do quartel, conseguiram ouvir os gritos de desespero.

– Meu irmão também

foi preso e teve lesões em seus órgãos genitais. A PM de Posse está realmente fora de controle – acusa o comerciante Henrique Machado.

Crimes

similares, com requintes de brutalidade e crueldade, também vem ocorrendo sob os olhos complacentes do Estado há mais de uma década nas cidades de Águas Lindas, Luziânia, Cidade Ocidental e Novo Gama.

Em meio ao desespero, a população não sabe a quem recorrer na região onde os mocinhos se confundem com os bandidos.

"Pessoas que moravam próximas ouviram os gritos"

pardellas@jb.com.br